

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
MONOGRAFIA
ORIENTADOR: WIAMA DE JESUS FREITAS LOPES

MARIA DO SOCORRO GONÇALVES DE SOUSA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: do
direito as práticas vivenciadas**

CAJAZEIRAS- PB
2012

MARIA DO SOCORRO GONÇALVES DE SOUSA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: do
direito as práticas vivenciadas**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia do Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal de
Campina Grande, campus de CAJAZEIRAS-
PB, como critério de conclusão de curso de
licenciatura plena em Pedagogia.

Orientador: **Prof. Me. Wiama de Jesus
Freitas Lopes**

CAJAZEIRAS-PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca da Universidade Federal de Campina Grande

SOUSA, Maria do Socorro Gonçalves de.

**Políticas públicas educacionais da Educação Infantil: do direito as
práticas
vivenciadas – Maria do Socorro Gonçalves de Sousa. Cajazeiras/PB:
UFCG/CFP, 2012.**

51 p.

**Monografia para Conclusão de Curso (Graduação
em Pedagogia) Universidade Federal de
Campina Grande / Centro de Formação de Professores.**

Orientador: Prof. Me. Wiama de Jesus Freitas Lopes

**1. Contexto histórico 2. Educação Infantil 3. Avanços e políticas públicas.
(PA) I. Título.**

CDD - 21.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEGAGOGIA

Wiama de Jesus Freitas Lopes

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia,
da Universidade Federal de Campina Grande
campus CAJAZEIRAS-PB, para obtenção do
título de graduação em Educação.

Orientação: Professora Mestre Wiama de Jesus
Freitas Lopes

Avaliado em: 29 de Outubro de 2012

Conceito: _____

Banca Examinadora

Prof. Wiama de Jesus Freitas Lopes
Orientador, CFP- UFCG

Profa. Ma. Stella Márcia de Moraes Santiago
Examinadora CFP- UFCG

Profa. Ma. Hercília Maria Fernandes
Examinadora CFP – UFCG

—

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais, e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Essa disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos educativos na escola e mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe (2006, p. 146 FRIGOTTO).

DEDICATÓRIA

Dedico.

A meus filhos, Thallyta Maria e Matheus Eliakin por compreenderem e me apoiarem na certeza de que são necessários certos sacrifícios na vida para que possamos futuramente gozar de dias melhores, apesar de serem apenas crianças acreditaram e colaboraram comigo em tudo o que estavam em seus limites, eu os amo.

AGRADECIMENTOS

A fé remove montanhas. Partindo desse princípio e da minha fé, agradeço a Deus acima de todas as coisas que me concedeu a graça de poder vencer mais uma batalha e realizar mais um sonho.

A meus pais, meus irmãos que condicional ou incondicionalmente contribuíram para esse feito em minha vida.

A meus amigos, que são muitos, a todos os professores do CFP pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso que, também escreveram comigo parte de minha trajetória, encorajando-me e me fazendo sentir capaz de vencer sempre.

Ao nosso orientador Professor Me. WIAMA DE JESUS FREITAS LOPES, pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio as atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta monografia. Enfim, agradecemos, particularmente, às pessoas por sua contribuição, seja direta ou indiretamente, na elaboração e na construção deste trabalho. .

A todos muito obrigada.

RESUMO

Nesse estudo, acerca das Políticas Públicas Educacionais da Educação Infantil: do direito as práticas vivenciadas, objetivou-se analisar em que medidas as políticas públicas de Educação Infantil são asseguradas no contexto vivencial da escola pública e seus avanços. Este estudo baseado numa pesquisa qualitativa, com tabulação de entrevistas, com gráficos que mostram a evolução do segmento Educação Infantil na cidade de Sousa-PB. Veremos um breve histórico sobre a Educação Infantil no Brasil e no município e as relações dos profissionais da Educação Infantil e as políticas públicas antes e depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), seu contexto e gerenciamento. Faz-se necessário saber também sobre o contexto histórico em que as mais diversas iniciativas governamentais foram tomadas, para que se entenda um pouco mais sobre certas características dos diversos períodos do sistema educacional brasileiro e assim evitando reincidir nos erros passados. Compreendendo um pouco das marcas das políticas públicas revendo alguns aspectos históricos das principais mudanças educacionais. Este trabalho teve como princípio uma pesquisa exploratória junto a Secretaria Municipal de Educação, Sousa-PB, seguido por uma entrevista com sujeitos que atuam na Educação Infantil. Foi observada a formação, o tempo de magistério e de serviço dos sujeitos. Tendo como ponto norteador a cidade de Sousa-PB. Como as políticas públicas de Educação Infantil são asseguradas no contexto vivencial da escola pública do município de Sousa-PB. O que concluímos é que mesmo a Secretaria Municipal de Educação (SME) se esforçando para qualificar a Educação Infantil em todo o seu âmbito: professores qualificados, escolas adequadas na estrutura física e materiais didáticos para que haja melhoria na estruturação e efetivação das políticas públicas acerca de Educação Infantil. Atualmente continua a luta pela expansão do atendimento com qualidade na Educação Infantil.

Palavras-chave: Contexto histórico, Educação Infantil, avanços e políticas públicas.

ABSTRACT

In this study, about the Public Policy Education Childish Education: the right practices experienced aimed to examine to what extent public policies are provided in Childish Education living context of public schools and their advances. This study based on qualitative research interviews with tabulation, with graphs showing the evolution of segment Childish Education in the city of Sousa-PB. We will see a brief history of Childish Education in Brazil and the municipality and the relationships of Childish Education professionals and public policy before and after the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN/96), its context and management. It is also necessary to know about the historical context in which the various government initiatives have been taken, in order to understand a little more about certain characteristics of the different periods of the Brazilian Educational system and thus preventing relapse in past mistakes. Understanding some of the marks of public policies by reviewing some historical aspects of the major educational changes. This study was an exploratory principle with the City Department of Education, Sousa-PB, followed by an interview with the subjects participating in Childish Education. Formation was observed, the time of teaching and service subjects. Having as a guiding point. As public policy Childish Education are provided in the context of experiential public school in the municipality of Sousa-PB. What we conclude is that even the SME striving to qualify Childish Education in all its scope: qualified teachers, adequate schools in infrastructure and didactic materials. Currently continues to fight for expansion of quality care in early Childish Education.

Keywords: Historical Context, Childish Education, Advances, Public Polic.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.CAPÍTULOS	Error! Bookmark not defined.
2.1 CAPÍTULO I.....	14
2.1.1CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ÚLTIMOS ANOS NA CIDADE DE SOUSA-PB	14
2.1.1.1O Descaso das Políticas Públicas	16
2.1.1.2 O Surgimento das Creches e o Caráter de suas Ações	19
2.1.1.3 Contextos Sócio-Políticos Da Pesquisa - Estrutura Da Educação Infantil	28
2.2 CAPÍTULO II	34
2.2.1AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	34
2.3 CAPÍTULO III.....	39
2.3.1 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS - PESQUISA EXPLORATÓRIA SME DO MUNICÍPIO DE SOUSA..	46

1. INTRODUÇÃO

O que pretendemos aqui é abrir uma discussão a cerca das políticas públicas da Educação Infantil na cidade de Sousa-PB. Como elas estão sendo aplicadas e qual seu contexto de gerenciamento. Antes faremos uma breve abordagem sobre a institucionalização do ensino no Brasil.

O início da escolarização no Brasil se deu com a chegada dos Jesuítas que introduziram um ensino religioso, intelectual e catequizador, pois poucos tinham acesso a esse ensino voltado apenas para a elite e a população menos favorecida à margem desse serviço.

Séculos se passaram e esse sistema se perpetuou por longos períodos, haja vista que a considerável maioria populacional não tinha esse direito garantido.

Grandes e consideráveis reformas foram vivenciadas com o passar dos anos, como a Reforma Capanema, a Reforma Francisco Campos, a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Base) entre outras, e o direito a educação foi sendo disseminado entre os mais necessitados de forma precária. Precariedade essa que ainda é percebida em nossos dias em toda a Educação Básica, bem como na Educação Infantil que necessita ter o direito garantido a todas as crianças menores de seis anos fazendo-se valer a aplicação das políticas públicas.

A educação brasileira busca a elevação do nível da escolaridade da população, melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis inclusive na Educação infantil, e com isso reduzir as desigualdades sociais e o acesso e a permanência dos educandos nas escolas públicas, ancorados em políticas públicas que venham viabilizar esses objetivos, rompendo com paradigmas arcaicos e discriminatórios de escolas de qualidade são apenas aquelas em que se podem pagar pela prestação de seus serviços, já os órgãos públicos buscam qualidade na prestação de seus serviços a comunidade.

Uma das preocupações dos governos é ampliar e qualificar o ensino da Educação infantil, já que esta é considerada a primeira etapa da educação básica, dever do Estado e direito da criança.

O governo Lula em seus mandatos, de fato deu passos largos e satisfatórios para que o gerenciamento das políticas públicas funcionasse de forma efetiva e

intensificadora. Porém dificuldades encontradas em governos anteriores ainda permanecem e se reproduzem. Mas o número de vagas em sala de aula aumentou, os serviços educacionais melhoraram consideravelmente, apontando para a diminuição das desigualdades sociais, e isso só será realmente concretizado mediante a legitimidade, a qualidade, a transparência no processo de formulação e execução das políticas públicas. É o que iremos relatar neste trabalho como as políticas públicas destinadas a Educação infantil estão sendo aplicadas na cidade de Sousa-PB.

Nos últimos anos o governo brasileiro potencializou uma política pública pautada em direitos e acesso aos bens culturais e materiais ou simbólicos oferecidos pela educação. Embora saibamos que as dificuldades são muitas na distribuição dos recursos federais e que esses recursos chegam a poucos municípios o que limita de fato a implantação das políticas públicas, interferindo em seus resultados e na qualidade dos serviços que são prestados em nosso país.

Mesmo com as dificuldades da implementação e gerenciamento das políticas públicas por parte das esferas governamentais, o governo federal nos últimos anos se fez valer as políticas públicas no tocante a educação, garantindo a permanência dos educandos nas escolas públicas. É o que decorrerá este TCC.

Com base em leituras e pesquisa, este TCC, consta de três capítulos, que analisaram em que medidas as políticas públicas de Educação Infantil são asseguradas no contexto vivencial da escola pública no município de Sousa-PB. No primeiro capítulo descrevemos o contexto histórico da Educação Infantil desde quando ainda era nomeada como pré-escola aos dias atuais.

No segundo capítulo apresentamos os avanços e as melhorias ocorridas nas representações dessa categoria e a prática dos profissionais das creches e escolas de Educação Infantil, juntamente com as representações dos sujeitos da pesquisa sobre a Educação Infantil.

No terceiro capítulo discutimos o gerenciamento das políticas públicas na cidade de Sousa - PB. A Educação Infantil, enquanto política pública e direito da infância, precisam e merecem serem conhecidos, entendidos e analisados para que se possam elaborar e manter a luta pelas condições educacionais que favorecem a inserção da criança na sociedade à qual pertence sua condição de direito em ser pessoa.

Porém, o queremos é tentar abrir uma discussão acerca das políticas públicas destinadas a Educação Infantil na cidade de Sousa-PB, e que essa discussão perpassa

dos papéis onde foram elaboradas para que se possa avaliar em que medidas as políticas públicas possam melhorar a qualidade da Educação Infantil, o que nos leva a elaboração deste trabalho. Já que em décadas passadas, as políticas públicas para a Educação Infantil se caracterizavam em projetos assistencialistas desvalorizando a educação. Nas últimas décadas, uma nova concepção surge em relação ao significado da infância, da Educação Infantil e do educador da criança menor de seis anos.

Portanto, a realização deste trabalho se deu com algumas dificuldades, mas que foram superadas. Encontramos dificuldades no que diz respeito à elaboração de material para a coleta de dados, ou seja, na elaboração da entrevista e em fazer com que os educadores nos respondessem as questões de entrevistas, bem como a disponibilidade de tempo para realizá-la. Outro aspecto que julgamos um pouco difícil foi à elaboração das tabelas e a estruturação do trabalho.

Desejamos, portanto, avaliar o processo das políticas públicas e quem sabe poder intervir na realidade vigente. De essa maneira analisar em que medidas as políticas públicas de Educação Infantil são asseguradas no contexto vivencial e o gerenciamento nas escolas pública da cidade de Sousa-PB. Para isso coletamos com os professores informações acerca da realidade local, baseado em profundas leituras acerca do tema abordado, sendo nosso principal foco as escolas de Educação Infantil e a formação dos professores que atuam na Educação Infantil.

De certo modo a pesquisa exploratória foi um pouco difícil tendo em vistas que os envolvidos recusavam-se a participar das entrevistas, por acharem que os prejudicariam em suas atividades, porém isso não foi empecilho para desistir e sim fortalecer cada vez mais o nosso desejo de continuar com a pesquisa.

Como professora do segmento Educação Infantil de escola particular, surgiu então o desejo de investigar como se dá a Educação Infantil nas escolas públicas. Quisemos fazer um levantamento das políticas públicas e sua organização de avanços, contexto e gerenciamento na cidade de Sousa -PB.

2.1 CAPÍTULO I

2.1.1.CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ÚLTIMOS ANOS NA CIDADE DE SOUSA-PB

No contexto mundial, a partir dos séculos XVII e XVIII, com o surgimento de refúgios, abrigos de crianças e filhos de mães operárias, que tiveram que adentrar ao mercado de trabalho fabril, tendo essas mulheres uma jornada de trabalho pautada na exploração, pois as mesmas promoviam o aumento das produções das fábricas e recebiam salários irrisórios em desvantagens com os homens, ou seja, os salários não condiziam com a jornada de trabalho que as mulheres enfrentavam. Salários injustos e pagos de maneira preconceituosa por serem mulheres. Dessa maneira a incorporação da mulher no mercado de trabalho contribuiu para que se difundissem novamente por diversos segmentos os cuidados com as crianças. Alguns empresários reconheceram que o cuidado com as crianças enquanto as mães trabalhavam fazia-se aumentar cada vez mais a produção fabril tornando-se algo vantajoso, como criação de creches e salas de amamentação próxima aos locais de trabalho. (OLIVEIRA, 2005).

Várias conquistas foram firmadas ao longo do tempo e podem demarcar o contexto em que a infância no mundo passou a ser considerada como uma etapa da vida que merece atenção. No início do século XX, as instituições que atendiam as crianças pequenas faziam como medida de saúde pública, como resposta aos altos índices de mortalidade infantil, ficando as verbas destinadas à criança pequena¹, por várias décadas pulverizadas nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação. Também a escola e as instituições de caridade eram consideradas como um espaço de controle social, procurando evitar a “vadiagem” e a delinquência infantil, com a preocupação voltada para a integridade física e moral. Essa concepção, baseada

¹ Criança de 0 a 6 anos de idade. Definida por Froebel (1782-1852) educador alemão; pequenas sementes que adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente desabrochariam.

apenas no cuidado, está vinculada à prática assistencialista que marcou as creches nesse período e ainda se encontra presente em muitas instituições de Educação Infantil. (OLIVEIRA, 2008).

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho no século XIX, surgem novas questões relacionadas à existência de uma educação voltada para o desenvolvimento infantil. Da necessidade de dar atenção aos filhos pequenos, enquanto os pais trabalham fora de casa, surgem às instituições que se destinavam aos cuidados das crianças pequenas denominadas jardim de infância, creches e pré-escolas. Os jardins de infância ²eram instituições privadas que cuidavam das crianças mais afortunadas e tinha sua pedagogia pautada em Froebel, educador alemão, que se preocupava com a moldagem das crianças, numa perspectiva superior. (OLIVEIRA, 2010, p. 67). Já a creche limitava-se a desenvolver atividades que construíam uma infância desligada da sociedade e das culturas específicas, enquanto que as pré-escolas, em geral, adotavam uma concepção de ensino individualista e separada do ambiente social, propondo às crianças atividades de poucos significados para a sua experiência pessoal. (OLIVEIRA, 2010, p. 43). Com a necessidade de se educar as crianças de maneira satisfatória, essas instituições foram aos poucos abandonando a educação assistencialista e informal das crianças com idade de escolarização regular básica, para então expandirem-se as escolas municipais de Educação Infantil, que abrange todo o trabalho anteriormente desenvolvido pelas instituições, como: jardim de infância, creches e pré-escolas.

Assim evoluem os conceitos destinados a educação de crianças menores de 6 anos que a partir da Lei 9394/96, que estabelece novas diretrizes e bases para a educação nacional, como o ensino considerado obrigatório a ideia de pré-escola restringe-se a Educação Infantil como sendo integrante da educação básica que vem romper com o modelo assistencialista vivenciados nessa área.

Na cidade de Sousa-PB, o movimento histórico relacionado à Educação Infantil parte do momento em que as creches mantidas pela filantropia ou ONGs (Órgãos não governamentais), começaram a fechar por falta de verbas e/ou doações para se manterem e as poucas existentes que eram mantidas pelo município não suportava a

² Divergiam das casas assistenciais existentes na época, por incluírem uma dimensão pedagógica.

Tinha objetivos de caridade e destinava-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidas pelo poder público.

demanda de crianças que a elas chegavam. Mesmo com as exigências da LDB /96 as escolas municipais passaram a atender as crianças em condições ainda não adequadas.

Porém desde o ano de 2009 que a Secretaria Municipal de Educação, vem tentando mudar essa realidade de inadequação a Educação Infantil. Dentre as 34 (trinta e quatro) escolas da rede municipal, 10% delas estão passando por reformas em suas estruturas físicas para se adequarem as exigências da Educação Infantil. O que de fato veio beneficiar as crianças em idade escolar menores de 6 anos e assim proporcionar o desenvolvimento da cognição e da linguagem das crianças atendidas. Enquanto as verbas ainda não são destinadas em exclusivo só para a Educação Infantil, ela sobrevive da verba que é destinada ao Ensino fundamental a qual está agregada e assistida, como afirma a entrevistada Raquel³ quando fala da escassez de material para usar em atividades diárias.

O próprio papel pra fazer uma tarefa pro aluno a gente tem que pedir pros pais... que a escola tem que fornecer para as provas do fundamental e médio... eu acho que isso deixa muito a desejar...

Isso comprova mais uma vez que é necessária uma política pública voltada especialmente ara a Educação Infantil e que venha atender as demandas desse segmento.

2.1.1.O Descaso das Políticas Públicas

O descaso das políticas públicas mistura autonomia que os órgãos públicos acreditam ter em fazer o uso indevido das verbas destinadas aos setores da educação, com a falta de compromisso do poder político, dando origem a este de eximir-se de suas obrigações. Isso oriundo da descontinuidade administrativa, ainda está sendo o grande empecilho da educação brasileira. É necessário criar políticas públicas de

³ Todos os pseudônimos das entrevistas foram escolhidos por mim

Estado e não de governos, para dar prosseguimento aos projetos e planos que venham beneficiar a população, no tocante a prestação de serviços de qualidade principalmente no âmbito da Educação Infantil.

É necessário lembrar que a Educação Infantil deve acontecer de início em casa, o que dispõe na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Lei 9394/96).

Bem como compete à escola, a formação acadêmica acrescida de alguns valores, tais como ética, justiça e responsabilidade. Sabendo-se que a educação é um processo, leva tempo e não acontece da noite para o dia. E que é um direito a criança e um dever do estado a ser cumprido nos sistemas de ensino, “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

IV- atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (...)” (Constituição brasileira, artigo 208, 1988).

Para isso é preciso que as escolas aprimorem a qualidade do trabalho escolar envolvendo seus educadores num processo de formação contínua.

O papel do educador da Educação Infantil é um dos mais importantes durante o longo processo de escolaridade. É preciso levar em consideração a formação do professor como um processo dinâmico, contínuo e permanente, tendo como base um conhecimento cada vez melhor da criança, proporcionando-lhe uma aprendizagem satisfatória, quanto aos conhecimentos sociais que melhor se adaptem a realidade educativa e ao contexto sociocultural.

Creches e escolas de Educação Infantil buscam integrar educação e cuidados, necessários a um período etário da vida que exige um cuidado especial na formação da consciência e reconstrução de significados como o da criança pequena, traduzindo, dessa forma, a perspectiva de que tais crianças são possuidoras de direitos desde que nascem.

É importante considerar que os direitos a que nos referimos são resultados de um longo processo histórico e social de mais de quatro séculos. Partir do princípio de

que é a partir das relações que as crianças estabelecem com a realidade em que vivem, com o meio familiar e com as pessoas com quem necessitam se relacionar no cotidiano é que elas passam a compreender o mundo.

Independente da idade, a criança traz consigo um saber próprio e que a escola deve considerá-lo fazendo dessa etapa educacional uma preparação para a vida e que é a própria vida respeitando seu desenvolvimento parafraseando Vygotsky, que diz que a criança aprende com seus parceiros mais experientes. (OLIVEIRA, 2010).

A Educação Infantil na cidade de Sousa- PB, ainda se encontra em situações não muito adequadas, visto que as políticas públicas destinadas a Educação Infantil não são suficientes para que as creches e escolas de Educação Infantil tenham estruturas físicas adequadas ao recebimento das crianças que estão em idade escolar que requer maiores cuidados.

Definimos como políticas públicas o conjunto de esforços feitos com vista a participar ou influenciar a divisão do poder, seja entre estados, seja no interior de um único Estado (WEBER, 1999). Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”(Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Cabe aos governos aplicarem as políticas públicas de forma honesta e adequada, utilizando os recursos na formação de professores para que esses se tornem habilitados a trabalharem com a Educação Infantil, as escolas tenham espaços físicos adequados, como: banheiros, refeitórios, dormitórios, materiais lúdicos que venham auxiliar no desenvolvimento das crianças pequenas, como espaços para recreação, brinquedos, jogos de encaixe, mesas e cadeiras adequadas ao tamanho das crianças e que venham despertar raciocínio das crianças e suas habilidades motoras e cognitivas.

Na cidade de Sousa-PB, algumas escolas, ou seja, 10% que atendem a Educação Infantil já começaram a se modificar quanto às exigências no atendimento as crianças menores de seis anos.

Em algumas escolas observadas, são visíveis às reformas no tocante a área de recreação, refeitório e adaptação de banheiros as crianças pequenas. Das trinta e quatro (34) escolas da rede municipal já mencionada em apenas 10% delas estão se adaptando ao contexto da Educação Infantil (dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Embora saibamos que muito ainda há de se fazer

para que a Educação Infantil na cidade de Sousa-PB, atinja os patamares de exigência das políticas públicas da Educação Infantil.

2.1.1. O Surgimento das Creches e o Caráter de suas Ações

Nesse sentido, é necessário que se pense a Educação Infantil de maneira diferente numa perspectiva de formação humana de qualidade já que esta possui suas particularidades e precisa de espaços organizados, aonde as crianças possam realizar atividades em grupo, valorizando a autonomia e a atenção individual de cada uma.

Nos últimos anos a Educação Infantil tem contribuído para o desenvolvimento escolar das crianças, principalmente das classes médias e baixas, tornando-se primordial o compromisso dos governos, inclusive a representação das políticas públicas de maneira positiva para que atendam as famílias e grupos sociais em situações econômicas precárias.

A Educação Infantil teve um crescimento considerável, segundo informações colhidas junto a SME, no que se refere ao aumento da municipalização das escolas públicas de educação infantil, exercendo um importante papel nas negociações de uma política nacional que garante os direitos das crianças de até 6 anos de idade (OLIVEIRA, 2005). Mas a concepção que a ela se destina tem dimensões políticas próprias. Os responsáveis pelas políticas públicas geram expectativas que são consideradas pela classe social da população a que se destina.

Pais e comunidade têm uma noção equivocada acerca da Educação Infantil. Acreditando eles que a criança na Educação Infantil irá à escola apenas para brincar; Esquecendo que nessa fase da vida a criança precisa de uma socialização maior e que no convívio com seus pares começará a construir sua personalidade e perceber-se no mundo como sujeito ativo e capaz.

Creches e pré-escolas não devem tomar o lugar da família, nem tão pouco antecipar a escolarização. Porém, as mantidas pelos poderes públicos fornecem alimentação e incentivos às crianças em situações econômicas de risco, o que constitui para as famílias igualdade e acesso ao mercado de trabalho. Outros benefícios deverão ser desenvolvidos pelas políticas públicas, no tocante a uma

Educação Infantil de qualidade, que obedeça a critérios educacionais e que promova a autonomia das instituições desenvolvendo programas de qualidade, propondo as crianças atividades significativas, e que as concepções formadas de que a Educação Infantil é base para o ensino fundamental deva ser repensada e que se busquem os saberes das crianças e acima de tudo garantir o direito à infância que toda criança tem.

A instituição responsável por oferecer a Educação Infantil pode atuar como construtora do conhecimento histórico, no qual a criança possa compreender a sua história e assim ler o mundo de várias maneiras e a si mesma.

As práticas educativas constituem-se em situações sociais concretas que tornaram regulamentações e leis como parte das políticas públicas, que se consolidaram através de lutas sociais que garantiram o acesso das crianças das camadas populares a atividades educativas que abrangem seu universo cultural. Assim, a natureza pedagógica apropria-se ou de conhecimentos e ações que concretizam a formação humana com valores e compromissos éticos. E para que a Educação Infantil venha se concretizar como uns segmentos do processo educativo não bastam apenas leis que fiquem nos papéis, tem que se favorecer o desenvolvimento infantil, dando qualidade a Educação Infantil garantindo a concretização das ações educativas, como: escolas com estruturas físicas adequadas, material lúdico suficiente e professor qualificado. Uma das maiores queixas das entrevistadas estava relacionada à questão de espaço, como afirma Claudia:

Muitas escolas não tem espaços suficientes. Assim como educadora, você sabe que pra lidar com Educação Infantil, um primeiro impacto assim... que a gente sente é a questão de espaço. A criança tem que lidar com espaço. Aqui na escola... como você pode ver, passou por uma reforma e tá modificando essa questão. Mas em outras escolas da rede a situação é precária com relação a espaço. Além da questão da falta de espaço, convivemos também com professores não qualificados para atuarem na Educação Infantil. (Graduada em história, 38 anos).

Anteriormente o educador para atuar na Educação Infantil era apenas necessário que fosse alguém que se identificasse com as crianças e que soubesse cuidar como uma mãe. Hoje cobrasse a formação do educador de maneira sistemática e permanente, envolvendo questões reflexivas vinculadas a prática na construção do conhecimento junto às crianças.

No Brasil a trajetória da Educação Infantil se molda de certa forma ao contexto mundial no que se refere ao modo assistencialista e higienista assumindo características próprias a partir da Lei 9394/96. A Educação Infantil passa a romper o modelo assistencialista característico dessa área e propõe um investimento necessário para o desenvolvimento das crianças integrantes da educação básica (OLIVEIRA, 2010).

Na década de 1970, surgiram as creches comunitárias que serviam como espaço de assistência as crianças que as mães trabalhavam fora, com o objetivo de diminuir a pobreza e a miséria em que se encontravam as famílias daquela época, servindo também como uma maneira de colaborar com a crescente migração para as áreas urbanas, já que os serviços públicos no âmbito da Educação Infantil não existiam.

Com a ausência das políticas públicas, as escolas e creches comunitárias começaram a se organizar nessa década com a ajuda da população de baixa renda, cobrando medidas que viessem atender aos pais e mães trabalhadoras, disponibilizando um lugar seguro para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam, mas que também os educassem para que os mesmos tivessem um futuro diferente dos pais. Esses pais acreditavam na educação como força transformadora da sociedade. O que afirma o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que vela a função social da escola, como de “uma escola única e de coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório” (OLIVEIRA, 2010, p.98).

Como em outras décadas, as creches comunitárias são mantidas por ONGs, recursos próprios arrecadados em eventos e órgãos governamentais. Isso acarreta conseqüências precárias na prestação dos serviços, como: baixa qualidade no atendimento, espaços físicos inadequados, pessoal não qualificado, com salários baixos e uma carga horária de trabalho exaustiva, ausência de brinquedos, materiais pedagógicos e a maior deficiência (alimentação) precária e deficiente. Isso leva as creches comunitárias a prestarem serviços mais assistencialistas do que educacional. (OLIVEIRA, 2008).

As creches na cidade de Sousa-PB que eram mantidas por órgãos não governamentais, como o comércio, doações de quermesses e da população, ainda se registravam uma prática assistencialista, diferenciando-se apenas na alimentação que não chega a ser tão deficiente, mas no que se refere aos espaços físicos e os envolvidos nesse processo requer uma rigorosidade maior de qualificação. Em

algumas creches, nas últimas décadas é exigido um pessoal qualificado para o desenvolvimento do psicomotor, afetivo e cognitivo da criança enquanto seus pais trabalham fora. Creches essas que vieram a fechar nos últimos seis anos, em virtude de não contar mais com as doações a elas destinadas, restando apenas às creches mantidas pelo município que não ultrapassa ao número de quatro creches, distribuídas entre zona urbana e zona rural. Sendo três (03) na zona urbana e apenas uma (01) na zona rural.

Portanto, é necessário que se pense e realize políticas públicas que garantam a efetivação de verbas para a Educação Infantil, apoiando a formação contínua dos professores, a criação de espaços adequados para então garantir uma melhor qualidade nos serviços prestados pelas creches.

Assim também, como as creches, as escolas que prestam serviços educacionais ligados a Educação Infantil, também deixam muito a desejar principalmente em dependências físicas. O ambiente ainda não está adaptado às crianças pequenas, já que as políticas públicas governamentais não formalizaram o atendimento a Educação Infantil desvinculado do ensino fundamental.

Nas escolas é raro, mas ainda persistem professores não qualificados para atuarem na Educação Infantil. Como o processo das políticas públicas não está efetivamente implantado para atender a Educação Infantil usam medidas contingenciais, não considerando a criança como um sujeito histórico e que necessitam de um determinado contexto sociocultural, no qual educandos e educadores são construtores de conhecimento e sujeitos do processo do exercício da cidadania. Esse conhecimento é construído através dos tempos. Segundo Vygotsk e Wallon Apud (OLIVEIRA E ROSSETI FERREIRA, 1992, p. 4), “a construção dos conhecimentos — assim como a da linguagem e da subjetividade — vai se dar pelas interações sujeito/meio, e estes se modificam, constituem e reconstituem à medida que um age sobre o outro”

Para Vygotsky “o processo de maior importância no desenvolvimento da criança se dá através da linguagem e da convivência com seus parceiros mais experientes dentro de uma cultura concreta”, Wallon também se apoia em Vygotsky e afirma que “a criança torna-se hábil em usar a linguagem emocional para influir sobre seu parceiro e para reagir a uma situação”(In: OLIVEIRA, 2010, p. 131). Esse desenvolvimento parte de quando a criança se apropria da linguagem e das formas

cognitivas atingindo assim sua vida cultural e estabelece ligações em situações complexas com seus parceiros.

Antes de tudo, é necessário pensar em uma Educação Infantil de qualidade, numa perspectiva de construção de um sujeito e de um mundo novo com hábitos e valores, para que não se tenha sujeitos excluídos, mas sim, sujeitos capazes de fazer a diferença e respeitarem a diversidade humana.

As escolas e creches que atuam no processo da Educação Infantil precisam lutar por políticas públicas verdadeiras, que não venha reproduzir valores arraigados da sociedade atual. Que dentro das escolas/creches possam ter um trabalho integrado de uma equipe pedagógica que beneficie o trabalho do professor possibilitando uma Educação Infantil organizada em contextos de atividades que geram nas crianças o desenvolvimento da inteligência e da capacidade de atribuir expectativas, princípios, conceitos e significados a aprendizagem.

Sem dúvida, tudo isso só será possível se as autoridades governamentais priorizarem desde as dependências físicas das escolas/creches a valorização do profissional que nela atua. Pois nesse processo a sociedade como um todo será de certo a beneficiada com a implantação de políticas públicas que elevem de fato a qualidade na prestação dos serviços que influenciam em todo o sistema educacional e exige a participação de todos como afirma Lourdes:

Além de estudar as políticas públicas, a gente também cobra do poder e... a questão da mudança da melhoria de qualidade, né... Tanto no atendimento das crianças de Educação Infantil como também dos outros. Porque é uma bola de neve. Se não tá atendendo a Educação Infantil bem, então, o fundamental também não vai está. A questão da comunidade, a gente vê a cobrança disso, com a maior participação, Conselho Tutelar, tudo isso envolve políticas públicas. (Curso Pedagogia, 32 anos).

Enfim, a retomada de uma identidade sociopolítica da Educação Infantil está se mostrando uma atividade urgente em tornarem-se mediadoras e eficientes à aprendizagem das crianças, garantindo a continuidade dos processos vivenciados pela criança ao longo da educação básica. Em contrapartida, elaborar uma proposta pedagógica para a Educação Infantil implica colocar creches e escolas diante de atraentes atividades com currículos abertos e flexíveis promovendo cultura, esportes, lazer, bem-estar e programas de promoção familiar e sérios desafios como perceber a

participação da comunidade na superação de vários obstáculos. No que contrapõe Berenice quando afirma ser um desafio envolver a família:

Eu acho pouca assistência dos pais. Eles acham que a Educação Infantil é aquela concepção... eles vão brincar, o que eles aprender bom... o que não... ainda vão fazer o primeiro ano e pronto. (Graduada em História, 31 anos).

Os professores declaram-se insatisfeitos por perceberem a ausência e o descompromisso dos pais para com os filhos, porém é pertinente que haja compreensão em determinadas situações com as famílias e não censurá-las.

Daí a necessidade de uma avaliação qualitativa do trabalho realizadas pelas crianças, numa perspectiva de romper com o isolamento das mesmas que acontece através de atividades descontextualizadas e de maneira ritual, como fazer bolinhas de papel, colorir desenhos. Segundo Oliveira (2010, p.184):

A perspectiva que defendemos é a de que o projeto pedagógico daquelas instituições busque fazer o olhar infantil saltar o muro, quebrar barreiras, e que o olhar dos educadores procure reconhecer aquilo que as famílias das crianças sabem vêem e esperam.

Professores buscam na escola uma Educação Infantil voltada para a construção da consciência do eu, com raciocínio lógico, onde a criança possa sentir-se capaz de reconstruir significados, respeitando assim as suas vivências e sua cultura, ou seja, que a Educação Infantil venha dar sentido a uma aprendizagem significativa e não apenas como passatempo, forme a criança para a vida potencializando suas próprias capacidades para então poder entrar ao mundo competitivo que a espera. A criança deve ser considerada cidadã⁴ desde o nascimento.

Em vez de um método repetitivo e homogêneo do processo cognitivo que se julga infalível na Educação Infantil, propõe-se o engajamento e a familiaridade das crianças em novas situações, em espaços amplos e com atividades diversificadas que viabilize uma política educativa pautada na investigação e na discussão das atividades propostas (OLIVEIRA, 2010).

⁴ Habitante de cidade, o que goza dos direitos privilégios políticos e civis.

Portanto, a realidade educacional da Educação Infantil no município de Sousa-PB, não diverge muito da realidade mencionada anteriormente. As creches e escolas de Educação Infantil ainda não estão adaptadas para o atendimento educacional das crianças pequenas. As creches prestam em sua maioria um serviço assistencialista concebida como um benefício trabalhista para a mulher trabalhadora e não como um direito das crianças pequenas, como se essas fossem seres desprotegidos ingênuos, enquanto as escolas precisam se adaptar para que a prestação desse serviço que venha atender as demandas dessa fase da vida da criança.

A política pública do município de Sousa-PB, ainda não conseguiu disponibilizar o atendimento adequado a Educação Infantil, embora várias mudanças venham sendo observadas, como o número de vagas para essa etapa, a qualificação dos professores, nota-se que a Educação Infantil depende das verbas destinadas ao Ensino Fundamental não havendo uma prioridade para esse campo educacional.

Com base em uma pesquisa exploratória junto a Secretaria Municipal de Educação (SME), colhemos alguns dados que nos ajudaram a ver com clareza a realidade da cidade de Sousa. Como quantidade de professores nessa área, a formação, como são auxiliados pela equipe pedagógica e qual o vínculo empregatício com a Secretaria Municipal de Educação- SME.

A princípio, não foi possível saber com precisão o número exato de professores da Educação Infantil, pois esses estão enquadrados no segmento do Ensino Fundamental. Não há uma separação específica entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental⁵.

Na rede municipal de ensino há um total de 280 (duzentos e oitenta) professores que estão distribuídos entre a zona urbana e a zona rural, incluindo-se neste número os professores auxiliares (monitores) das creches municipais. Esse dado nos foi passado de modo geral não sendo detalhado o número de professores por escolas e/ou auxiliares das creches. Visto que é difícil colher informações de órgãos públicos para compor um trabalho acadêmico e sendo que este ano

Esses professores são coordenados e/ou supervisionados por 29 (vinte e nove) pessoas que formam a equipe técnica se revezam entre a zona urbana e a zona rural e os segmentos oferecidos pela rede municipal de ensino (Ensino Fundamental que comporta a Educação Infantil, Ensino Médio e EJA). Sendo que 10 (dez) desses supervisores

⁵ Dados fornecidos pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação Sousa-PB

escolares/coordenadores atendem na própria secretaria, coordenando atividades que serão realizadas na zona urbana e na zona rural, como planejamento, assistência pedagógica e elaboração de projetos. Mas de acordo com os segmentos oferecidos pelas escolas, elas chegam a ter mais de um supervisor escolar/coordenador por escola.

O fato de se ter mais de um supervisor/coordenador não atende as necessidades dos professores. Os mesmos reclamam que nem sempre são assistidos em suas necessidades pedagógicas ficando esses insatisfeitos com o apoio pedagógico, sendo esse apoio uma forma de fortalecer a Educação Infantil. Os supervisores/coordenadores não dispõem de tempo integral nas escolas por ter parte de seu expediente destinados a escolas particulares.

Quanto à formação da equipe técnica, todos os integrantes possuem graduação e apenas 10% destes não possuem especialização. Não foi informada a formação de cada um nem as suas especialidades. Essa equipe técnica não atua exclusivamente na Educação Infantil, o supervisor/coordenador que faz a assessoria ao Ensino Fundamental é o mesmo para a Educação Infantil.

Essa equipe de supervisores/coordenadores atende as 34 (trinta e quatro) escolas da rede municipal, que chega a atender 4980 (quatro mil, novecentos e oitenta) alunos: Como mostra o Quadro 1 abaixo, Organograma: Escolas da Zona Urbana e Zona rural de Sousa–PB.

Quadro 1 - Números de alunos distribuídos na rede de ensino no ano de 2012

	Infantil II	Infantil III	TOTAL
Zona Urbana	530	531	1 061
Creches	17	10	27
Zona Rural	139	164	303
TOTAL	686	705	1 391
	Fundamental I	Fundamental II	EJA segmento 1- 2
Zona Urbana	2 018	862	176
Zona Rural	479	—	54
TOTAL GERAL	2497	862	230

Fonte: Dados da Pesquisa

O trabalho da equipe técnica é elaborado de acordo com o calendário escolar anual, de maneira que venha atender as necessidades de todos os segmentos oferecidos pela SME. Dessa feita os professores das escolas urbanas são acompanhados semanalmente pela equipe técnica, enquanto que os professores das escolas rurais são assistidos quinzenalmente. Nesses encontros a equipe técnica juntamente com os professores analisa as estratégias e projetos propostos pela SME, que depois de discutidos e adaptados a realidade de cada escola, retorna a SME para regulamentação dos projetos.

Porém, estamos falando da Educação Infantil que não há um organograma específico para a Educação Infantil, pois o organograma que atende a Educação Infantil é o mesmo do Ensino Fundamental de forma sistêmica que faz a programação orçamentária através de programas de governo, como o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) que é destinado às próprias escolas de acordo com as necessidades, e os gestores decidem como utilizar esses recursos para a compra de equipamentos, formação de professores entre outros. Já o PDDE (Programa Dinheiro Dentro da Escola) é uma verba anual destinada ao setor educacional, que obedece a pesquisa de preços, licitação e prestação de conta por parte da SME aos órgãos de instância maior. Toda essa prestação de conta do PDDE fica a cargo de toda uma equipe técnica da SME, que obedece a uma estrutura administrativa está ligada diretamente ao gabinete da Secretaria de Educação e a coordenação de ensino. Como veremos em um organograma em anexo.

É projeto da SME para os próximos anos, 2013 a construção de um prédio que atenderá as crianças em idade escolar para a Educação Infantil, através do programa Pró-Infância. Segundo informações colhidas na SME o terreno para a implantação do programa já foi adquirido e cabem as próximas administrações do poder executivo estruturar e executar ao projeto dando continuidade as ações administrativas.

Em suma, há muito a se inserir para que as políticas públicas da Educação Infantil venham ser efetivadas e que essa fase da vida seja vista como influência transformadora como sujeitos de direito.

2.1.2. Contextos Sócio-Políticos Da Pesquisa - Estrutura Da Educação Infantil

No Brasil há uma grande demanda de professores que não têm a formação adequada para a área em que está inserido. Isso ocorre com real frequência na Educação Infantil, quanto à formação dos profissionais, a LDB enfatiza a necessidade de formação, no mínimo, no Magistério e, preferencialmente, no nível superior, em curso de formação de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996 dispõe que a formação do profissional da Educação Infantil se estabeleça em nível superior ou médio (OLIVEIRA, 2010, p. 28):

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Lei 9394/96, artigo 62).

Aos poucos está se desmistificando o sentido assistencialista dado a esse segmento educacional desde o século XVII, quando mães operárias precisavam de lugares que cuidassem de seus filhos enquanto as mesmas estavam fora de casa.

Sendo a Educação Infantil nos dias atuais caracteriza-se como primeira etapa da educação básica e por cumprir papel importante na formação de base e construção das estruturas cognitivas, sociais e afetivas da criança (OLIVEIRA, 2010), passou-se a pensar e a instituir uma educação diferenciada do assistencialismo ora posto nos séculos XVII e XVIII. Entretanto há uma preocupação legal quanto à formação de professores valorização da Educação Infantil e dos espaços adequados para recebimento dos envolvidos nessa etapa, como expressa Lei 9394/96 em seu artigo 61:

A formação de profissionais a educação de modo a atender aos objetivos dos níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educandário, terá como fundamentos:

- I- A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços;
- II- Aproveitamento de formação e experiências anteriores e instituições de ensino e outras atividades.

Em outras palavras, buscam-se profissionais que estejam aptos a exercer a função de professores de Educação Infantil. Porém ainda persiste em alguns casos o não cumprimento a essa regra. Isso veremos em informações que foram colhidas através de entrevistas realizadas com nove (09) professores de algumas escolas que trabalham com Educação Infantil na cidade de Sousa – PB.

Antes de tudo, é relevante salientar que a maioria dos professores participantes da entrevista 60% demonstrou rejeição em colaborar com o nosso trabalho, enquanto outros 40% nos ajudaram de maneira prazerosa e cordial. Sendo esses escolhidos por atuarem a Educação Infantil, obedecendo a critérios de formação, o tempo de serviço. Nós nos portamos de maneira a vir esclarecer que a participação dos mesmos enquanto entrevistados colaboraria com os estudos acerca das políticas públicas na Educação Infantil e fortaleceria nosso embasamento teórico enquanto graduanda. Embora esses sujeitos participantes da pesquisa apresentar características diversas. Entre os entrevistados todos do sexo feminino, isto é, 100% o que, sobretudo reafirma e mantém viva em alguns aspectos os cuidados de mãe que é dado ao professor de Educação Infantil, cuidador da criança.

Como deixa bem claro uma de nossas entrevistadas:

Você percebe que ele se apega muito a você (...) Às vezes escuta mais ao professor do que a própria mãe (...) (Raquel graduada em História, 27 anos).

Como podemos ver pela formação dos entrevistados, que ainda há professores que não estão habilitados para exercerem a função de professor de Educação Infantil. Mas aos poucos essa realidade está sendo modificada na cidade de Sousa-PB, através da implantação do programa Pró-infância e da capacitação dos professores através de programas ofertados pela SME, reformas nas estruturas físicas das escolas. Exige-se, porém, ainda não é o suficiente o número de professores habilitados, bem como as escolas começam a transformar suas estruturas físicas para melhor atender as crianças. Além de preparar suas estruturas físicas, as escolas precisam de professores habilitados que venham intervir na formação geral das crianças; Que sejam formados dentro da docência para conhecerem bem as crianças com as quais irão lidar:

(...) Primeiro a educação na família, a segunda escola (...). A Educação Infantil em si é a formação... do caráter da criança (...) Para você atuar em Educação Infantil, você tem que ter formação (...)
 (Lenice graduada em Pedagogia e especializada em Educação Infantil e Gestão Escolar, 33 anos)

Para observarmos com clareza a situação da Educação Infantil na cidade de Sousa-PB, é necessário analisarmos as informações abaixo:

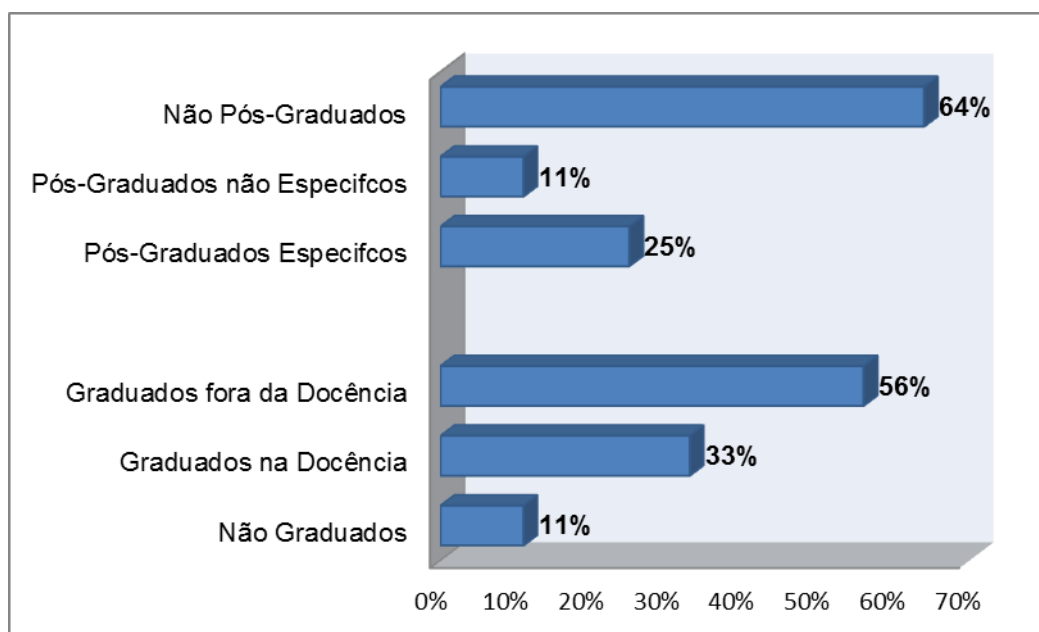


Gráfico 1 – Formação os Professores
Fonte: Dados da Entrevista 2012

É preocupante o quadro da formação de professores. Mesmo a LDB/96 fazendo exigências quanto à qualificação dos professores, como já fora mencionado antes, ainda persiste professores fora do que se pede em Lei.

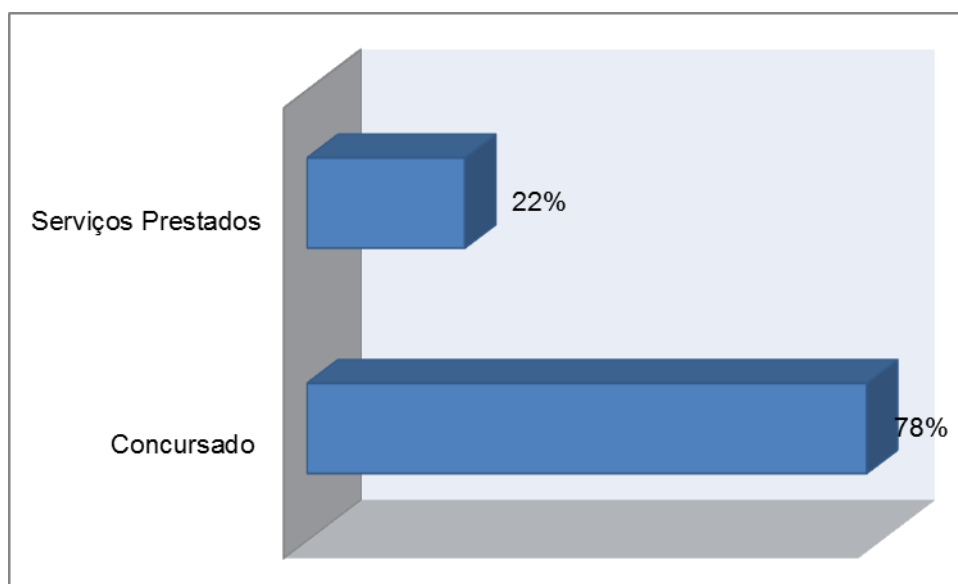


Gráfico 2 - Vínculo Empregatício

Fonte: Dados da Entrevista 2012

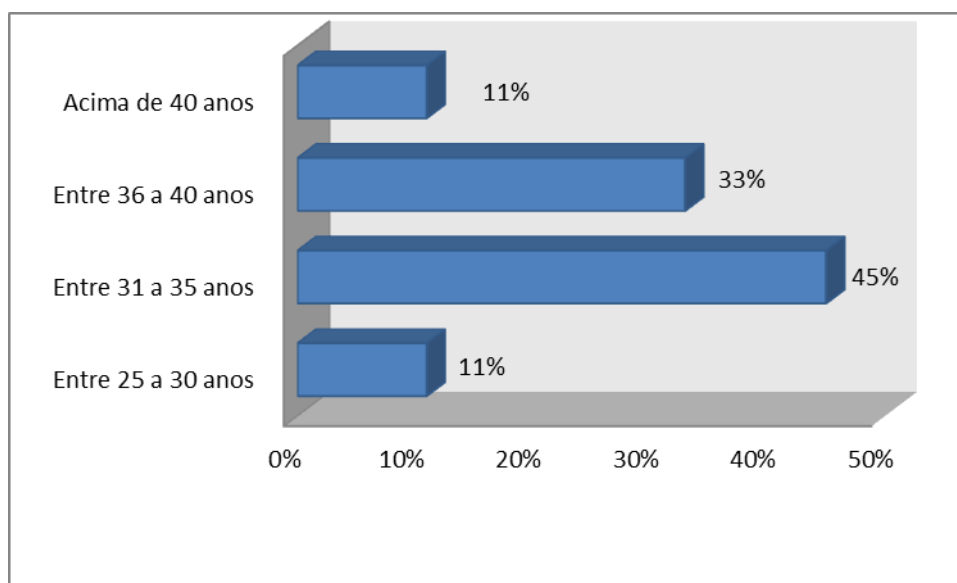


Gráfico 3 - Faixa Etária

Fonte: Dados da Entrevista 2012

Como podemos ver no gráfico abaixo, que os professores tem bastante tempo de atuação no magistério. O que deveriam de fato ter conhecimento acerca das políticas públicas para o fortalecimento e efetivação das mesmas e assim ver os benefícios de uma Educação Infantil de qualidade na vida das crianças pequenas.

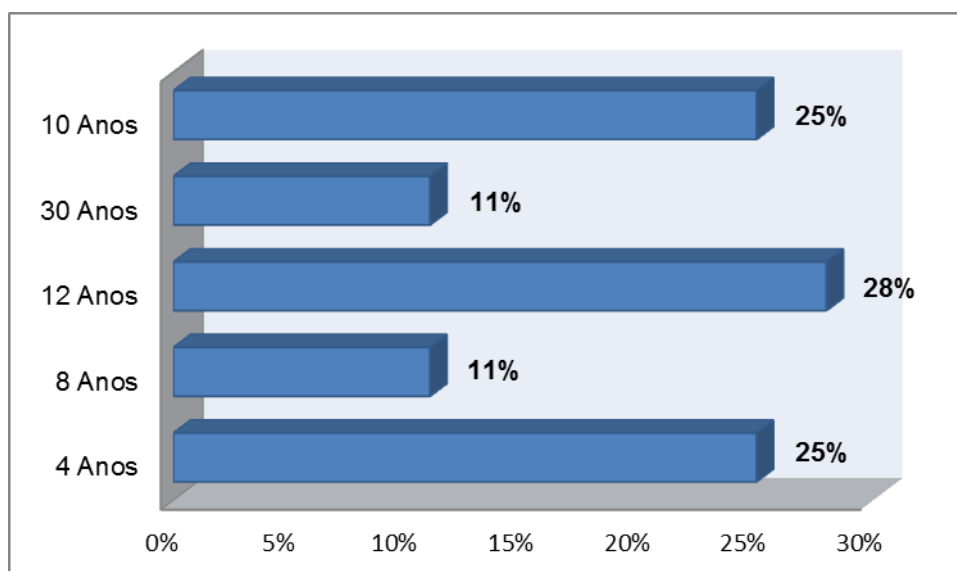


Gráfico 4 – Tempo de Atuação no magistério

Fonte: Dados da Entrevista 2012

O tempo de atuação do magistério dos envolvidos na pesquisa mostra 11% destes já se encaminham para uma aposentadoria e/ou estão atuando na Educação Infantil por identificarem-se com o segmento.

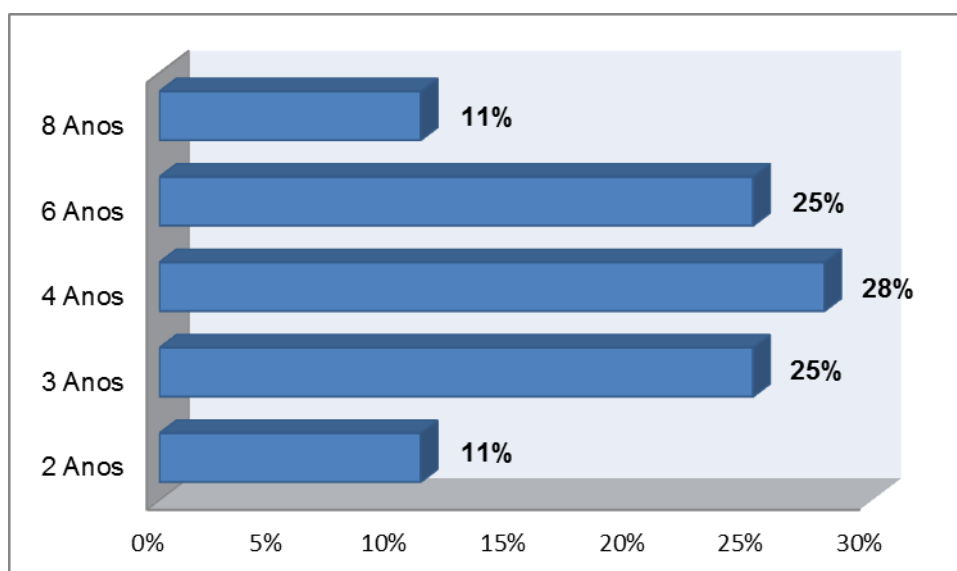


Gráfico 5 – Tempo de Inserção na Educação Infantil

Fonte: Dados da Entrevista 2012

Percebemos que o tempo de inserção na Educação Infantil não é muito longo. Haja vista que a Educação Infantil até bem pouco tempo era mantida pelas creches

filantrópicas e que com o fim das filantropias surgiu de fato à preocupação do setor municipal em assumir a educação das crianças pequenas.

Muito ainda há de se fazer, mas a SME da cidade de Sousa–PB vêm segundo os entrevistados tentando mudar algumas das realidades que não são adequadas a Educação Infantil, como reformas em várias escolas para que se adequem a Educação Infantil e a criação de um Centro Educacional para atender somente o segmento da Educação Infantil, isso é no momento apenas um projeto. Porém os participantes da entrevista demonstram em suas falas que muita coisa mudou nos últimos 5 (cinco) anos. Como afirma Ana, 51 anos:

A educação no município de Sousa mudou 50 (cinquenta) anos em 5 (cinco). Basta querer... na questão do gestor. As políticas públicas existem, basta que faça acontecer, que tenha coragem de enfeitar de fazer com que elas aconteçam. Aplicar com seriedade, pois os recursos vêm. (Graduada em geografia e especializada em geopolítica)

Ela afirma ter havido mudanças surpreendentes, que elevaram o índice de assistência e qualidade da educação no município de Sousa-PB, como merenda, salários dos professores, dados esses oriundos dos sujeitos entrevistados.

2.2 CAPÍTULO II

2.2.1 AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A trajetória da Educação Infantil tem mostrado que muitos avanços foram concretizados para que a Educação Infantil venha ser reconhecida no âmbito das políticas públicas. Muitos desafios há ainda a enfrentar para se chegar a uma Educação Infantil de qualidade.

Nos últimos dez anos as políticas públicas avançaram no que diz respeito ao papel do educador na Educação Infantil, ao uso de materiais lúdicos adequados a cada faixa etária da criança que se enquadra nessa fase escolar, bem como a inclusão de crianças portadoras, de necessidades especiais, avanços antes não realizados.

Também se vê como avanço o fato de que a criança é um sujeito social, que constrói seu conhecimento e o socializa diante dos estímulos a elas proporcionados.

Os avanços são percebidos desde a década de 70, mais precisamente no ano de 1971, que em passos lentos já se fazia valer a Lei 5692/71 que regia: “Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes”(OLIVEIRA, 2010, p.109).

Bem se sabe que essa lei de fato não se cumprira como ainda não se cumpre em parte nos nossos dias, pois, não são atendidas as crianças menores de 6 anos em instituições adequadas a seu desenvolvimento psicossocial, o que vem de fato intervir nas decisões das políticas de Educação Infantil.

Vemos também que em consequência, do aumento de creches e escolas infantis que modificaram suas representações acerca da Educação Infantil, valorizando o atendimento das crianças em idade menor de 6 anos, acarretando também o crescimento dessas instituições por parte do setor privado nos nossos dias. O que não deixa de por em descrédito as políticas da Educação Infantil.

Valoriza-se também o resgate da cultura popular das comunidades atendidas, tentando romper de vez com as práticas assistencialistas. Na Constituição de 1988, reconheceu-se a educação em creches e pré-escolas, (termo usado no documento), como um direito da criança e dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Na década de 90, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se fez valer os direitos das crianças, mencionados na Constituição de 1988. Novas discussões acerca da Educação Infantil abriram espaço para que uma nova LDB fosse aprovada. A Lei 9394/96 estabelece a “Educação Infantil como etapa inicial da educação básica” (OLIVEIRA, 2010, p. 117). Essa determinação possibilita uma mudança histórica pra as crianças pequenas desprovidas de assistência educacional, elevando o grau de responsabilidade das instituições escolares de promover a autonomia das crianças, bem como valorizar o profissional que atua nessa área. A criação da LDB/96, também estabelece a formação dos professores, proporcionando um conhecimento maior sobre as crianças em idade escolar menores de 6 anos.

Segundo (OLIVEIRA, 2010, p. 115), “são criados ou ampliados departamentos encarregados de coordenar programas de educação infantil nos órgãos de educação dos municípios”. O que não é visto de forma concreta no município de Sousa-PB, onde a Educação Infantil é regida pelo segmento Ensino Fundamental.

Infelizmente, os avanços percebidos na Educação Infantil estão em sua maioria em papéis e leis que desafiam as políticas educacionais que devem beneficiar as crianças menores de 6 anos e que de certa forma antecipam as práticas do Ensino Fundamental. Novas propostas foram definidas com base no parecer das Diretrizes de 1999, (Parecer CNE/CNB n 22/98 e Resolução CNE/CBE n 01/99 (OLIVEIRA, 2010, p. 119):

Partiram da crítica às políticas públicas para a infância historicamente construídas no país, baseadas em iniciativas de assistência aos pobres e sem um caráter emancipatório, e defenderam um novo paradigma de atendimento com base na Constituição Federal de 1988, que definiu o direito a educação das crianças de zero a cinco anos de idade em instituições de Educação Infantil como um direito social não apenas dos filhos de trabalhadores rurais e urbanos, mas também como um direito da criança.

E o que percebemos? Será que esses direitos estão sendo assegurados pelas políticas públicas? Sabemos que nessa fase da vida a criança constrói seu conhecimento em processos diferentes e que se devem garantir as vivências que se processarão ao longo da Educação Básica.

Historicamente falando, os avanços surgem a cada dia, enfatizando principalmente o papel do educador e a sua formação para atuar com crianças da

Educação Infantil. Os professores devem ter como base modelos e representações apreendidas na formação acadêmica e em vivências dentro de seu campo de trabalho, campo esse que acaba se tornando um campo de pesquisa para sua atuação, aprimorando a qualidade de seu trabalho que veem fortalecer os seus saberes, seus valores e suas experiências.

A pesquisa neste sentido servirá como forma norteadora e construtora do conhecimento, pois teoria e prática se associam de modo que ensinar e aprender decorre sempre da mediação que se fará entre teoria e prática, bem como a ética e a política.

Dessa forma, as creches e escolas de educação infantil tendem a aproximação da cultura, da linguagem, da cognição, da afetividade em busca da construção e do desenvolvimento da lógica e da imaginação, levando em consideração as características que antecipam o ensino fundamental tradicionalmente organizado.

Daí a necessidade das creches e escolas de Educação Infantil desenvolver projetos de qualidade e autônomos que venham garantir os direitos e o bem estar das crianças envolvidas nesse processo, como afirma a LDB/96 em seu artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Apesar de ser considerada primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil já passou por várias modificações, mas ainda persiste na ideia de assistencialismo e cuidados maternos. Tanto creches quanto escolas de Educação Infantil buscam um investimento no treinamento e em cursos profissionais para os que nelas trabalham.

Haja vista, que para o professor/educador da Educação Infantil investir em sua própria formação, toma uma grande dimensão fortalecendo as interações do valor formativo, que corrobora com a construção de uma sociedade mais justa em busca de um cidadão crítico e participativo que venha intervir na sociedade que o mesmo faz parte.

No âmbito da educação escolar, o ensino público de qualidade na Educação Infantil implica na formação de valores, valorização da vida humana em todas as suas

dimensões, promovendo o desenvolvimento das capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E qualidade é, pois, conceito que deve estar explícito à Educação Infantil e que venha superar as desigualdades sociais advindas da sociedade vigente.

Para isso há uma maior necessidade de que os órgãos públicos responsáveis pela aplicação das verbas educacionais reconheçam cada vez mais a importância da Educação Infantil, embora saibamos que as mudanças acontecidas não são suficientes. Professores qualificados, materiais didáticos estão a anos luz de serem as melhorias desejadas. É de suma importância que as escolas tenham uma estrutura física adequada, como espaços que permitam as crianças desenvolver suas habilidades motoras e afetivas e que as escolas de Educação Infantil deixem de lado o assistencialismo e invista na construção de uma base sólida para que a criança ingresse no ensino fundamental com uma personalidade formada baseada em valores que se farão referência para toda a vida.

Atualmente os poderes públicos mesmo que a passos lentos pensa a Educação Infantil como tendo função educativa, o que necessita a ampliação de vagas para o atendimento das crianças menores de 6 anos, como também apresentam melhorias na estrutura física das escolas. Ainda é muito raro que algumas instituições educativas estejam se adequando a Educação Infantil na ampliação de espaços físicos, parques infantis e outras modalidades.

Além dos avanços já mencionados, algumas famílias já tomam consciência da importância da participação familiar na Educação Infantil de maneira a estabelecer uma relação coletiva entre instituição e família proporcionando uma colaboração social na construção de valores. A qualidade da Educação Infantil implica na tarefa de educar, porém as relações entre escolas e comunidade devem estabelecer a reconhecimento mútuo. No entanto, o poder público também, assim como a escola sente a necessidade de levar as famílias para viver em parceria com a escola e disponibiliza subsídios que incentivem pais a levarem seus filhos à escola e que esses permaneçam nela através de programas como o bolsa família.

Escola e comunidade em parceria são consideradas pelos professores como um dos avanços alcançados nas últimas décadas. Tendo em vista o número de mulheres como professoras, em sua maioria, costumasse não haver diferenciação entre os papéis de mãe e professores, provocando disputas e até confusões de pensamentos e atitudes entre as crianças, professores e mães. Em alguns casos, as crianças chegam a acreditar

que exerçam sobre elas maiores poderes que os pais, acarretando assim confusão do papel que deve o professor da Educação Infantil exercer sobre a criança.

Segundo Oliveira (2010), as culturas familiares quando enraizadas, nas estruturas da Educação Infantil chegam a modificar o contexto de socialização da criança de maneira a aproximar os contextos de desenvolvimento juntamente com suas experiências, cabendo ao educador fazer valer seu papel na construção sócio histórico da vida da criança em parceria com a família. Esse dueto de representações na vida da criança faz-lhe criar atribuições dando-lhes significados múltiplos. Ainda há um longo caminho pela frente, para que as instituições de Educação Infantil venham constituírem-se em espaços de promoção e defesa da cidadania das crianças, elencadas a políticas públicas que contribuam para a promoção de igualdade de condições de acesso à escola pública.

Na cidade de Sousa-PB, os avanços das políticas públicas na Educação Infantil já começam a serem vistos. As creches e escolas de Educação Infantil já estão passando por algumas reformas em suas estruturas físicas, a fim de ampliar os espaços e adaptá-las para que a Educação Infantil de qualidade venha acontecer. Em algumas escolas infantis observadas há espaços para recreação, refeitório e alguns materiais lúdicos. Muito ainda a se fazer. Porém, os órgãos responsáveis pelas políticas públicas acreditam que é um desafio, mas não impossível de qualificar as escolas e professores para que de fato todos os avanços desejados sejam percebidos na cidade de Sousa-PB. Veremos alguns avanços realizados na Educação Infantil Sousa-PB no capítulo a seguir.

2.3 CAPÍTULO III

2.3.1 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Parti-se da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por governos, novas formas foram introduzidos nas políticas públicas, voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como objetivo principal de qualquer política pública, aliada à importância, credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. No entanto as decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. Daí por que as políticas públicas precisam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse para se chegar ao gerenciamento adequado destinado à educação.

Os municípios brasileiros estão atrasados em promover o gerenciamento adequado das políticas públicas relacionadas à educação. Em alguns dos muitos municípios brasileiros o caos na educação é visível, tendo em vista o gerenciamento desestruturado. Nem todos os municípios atendem a educação como deveria. Isso acontece no tocante à qualificação dos professores, espaços organizados para atenderem as crianças em idade escolar correspondente a Educação Infantil. A questão do direito da criança à educação infantil tem sido amplamente discutida no que se refere ao direito ao acesso e à qualidade do atendimento das creches e escolas infantis. O financiamento da educação infantil é um dos entraves e desafios da política dessa área. Com o Fundeb, creches e pré-escolas foram incluídas no montante de repasse do governo federal para os municípios, os quais deverão investir na ampliação do atendimento à educação infantil. Com a nova LDB, a educação infantil passou a ser reconhecida como parte do sistema municipal de educação, o que retirou as creches da área da assistência. Verificamos que em nosso município a integração das creches à Secretaria Municipal de Educação foi realizada, visto que grande número de creches da cidade, ou seja, 65% ainda eram geridas por instituições filantrópicas conveniadas.

De acordo com Oliveira (2005), as práticas educativas e conceitos básicos a respeito da educação das crianças foram sendo historicamente construídos e determinando regulamentação e políticas públicas para a infância. E assim exige-se que ao gerenciar as políticas públicas para a Educação Infantil faz-se necessário que professores e escolas estejam aptos a vivenciar a Educação Infantil em sua totalidade, no que diz respeito a espaços físicos adequados, mobiliários, material lúdico didático e principalmente professores qualificados. Os professores cobram uma estrutura física adequada que aos poucos se faz presente em algumas escolas municipais, mas que não é o suficiente, como afirma Raquel:

(...) deveria ter parquinho, escorregador... deveria ter mais material com tinta..... material concreto e muitas vezes o professor é quem tem que criar.

O que podemos observar é que o gerenciamento não está bem definido para a Educação Infantil e que os órgãos competentes devem voltar um pouco mais a sua atenção ao problema de gerenciamento das políticas públicas destinadas a Educação Infantil. Sabemos que elas existem, o que falta é gerenciá-las com qualidade. E é a partir desse debate e da definição de critérios públicos que se podem avaliar os resultados do gerenciamento das políticas públicas de Educação Infantil. Há também àquelas, que se utiliza de um ou outro político, para comprovar sua boa administração e então se abrir novos caminhos para explicar seu sucesso ou fracasso, se o que sabemos é que a capacidade de implementar e gerenciar se origina na base de uma organização e não em seu topo. O governo federal, por exemplo, deveria investir seus recursos com definição exclusiva para a Educação Infantil. Só assim os programas seriam desenvolvidos com critérios, compromisso e responsabilidade da agência local ou de nível hierárquico de acordo com as demandas do gerenciamento. Segundo as entrevistas coletadas os sujeitos participantes mencionam em suas falas que na medida do possível o gerenciamento das políticas públicas na cidade de Sousa-PB está acontecendo, a educação levada a sério.

Sousa hoje... a educação hoje está sendo com sinceridade. Nós temos uma secretária que tem muito conhecimento da área e ela está fazendo com que isso aconteça está havendo transparência e ela espera que se dê continuidade a esse trabalho, dentro da demanda o gerenciamento está satisfatório. (Irene, 49 anos graduada em Geografia).

O que percebemos é o encanto demonstrado pela entrevistada quando essa relata as mudanças ocorridas na educação da cidade de Sousa-PB nos últimos cinco anos. Já que em outras ocasiões a entrevistada não via de fato o gerenciamento das políticas públicas acontecerem.

Sabemos que para um gerenciamento efetivo é necessário um compromisso maior por parte dos gestores que devem fazer com que os recursos destinados à educação cheguem ao seu destino de forma transparente para que assim a Educação Infantil venha ser gerida como se deve e desafogar os recursos da educação básica e instituir uma Educação Infantil de qualidade pautada na construção da autonomia da criança para tornarem-se sujeitos que interfiram e transformem sua realidade de maneira que favorecera a perspectiva de dias melhores.

Hoje é preciso passar da defensiva para a ofensiva a começar pelo controle das verbas públicas por parte da sociedade civil e poder assim o poder público diminuir as disparidades. A Educação Infantil precisa ser mais valorizada pela sociedade, e a escola deve retomar o seu prestígio em torno do ensino. Sendo os órgãos públicos responsáveis por elencar medida que visem à melhoria do gerenciamento do sistema educacional das escolas de Educação Infantil, tão importante na formação das crianças pequenas. Quanto ao gerenciamento das políticas públicas os movimentos sociais precisam retomar a mobilização no setor, devido à importância estratégica que tem a educação, inclusive para a concretização de outros direitos e para atingir um mínimo de equidade social. É preciso garantir e efetivar as conquistas da Educação Infantil, sobretudo a gratuidade do ensino, a valorização do profissional do ensino, a garantia do padrão de qualidade, gestão democrática e vinculação de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais da Educação Infantil quanto à administração devem ser notadas como resultados de lutas entre atores diversos e para que elas garantam direitos necessitam ser acompanhadas e discutidas pela comunidade e o poder público. As Políticas Públicas são aqui entendidas como o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. É mediante esse pensamento que percebemos em que medidas as políticas públicas estão sendo asseguradas no contexto vivencial da cidade de Sousa-PB.

Observamos que a SME está fazendo valer esse direito através das ações realizadas nos últimos cinco anos. Ações essas que são perceptíveis quando nos deparamos com as reformas das estruturas físicas das escolas que atendem a Educação Infantil. Embora visível o vislumbre na fala dos professores entrevistados por estarem sendo assistidos pela SME, em sua maioria, 80%, transpareceram de fato não ter conhecimento do que realmente se tratam as políticas públicas. Acreditam ser apenas um trabalho diferencial do gestor atual, esquecendo-se que as políticas públicas existem e que é obrigação dos órgãos responsáveis aplicá-las, como fora mencionado por uma de nossas entrevistadas de “que elas existem e que as verbas vem”.

Levantamos algumas hipóteses: Será de fato que as políticas públicas realmente estão atendendo as demandas educacionais da Educação Infantil no município de Sousa-PB? Se os professores tivessem conhecimento do real valor das políticas públicas poderiam cobrar com mais clareza? E se os professores fossem qualificados para atuarem na Educação Infantil, como seria o quadro educacional? Será que os gestores tem consciência de suas responsabilidades para com o devido gerenciamento das políticas públicas? Questões como essas nos levam a adentrar ao mundo das políticas públicas e vemos que enquanto não se ampliar a participação dos envolvidos, professores e comunidade nas esferas de planejamento, decisão e execução das políticas públicas educacionais a Educação Infantil ficará a mercê das verbas destinadas ao ensino fundamental, ficando confusa a avaliação das políticas públicas de educação, lembrando que todos os fatores condicionantes das políticas públicas são sujeitos a alterações ao longo do tempo.

Não basta reformar as escolas ou tão pouco equipá-las, faz-se necessário que os direitos das crianças da Educação Infantil sejam assegurados como um todo. Que os órgãos competentes ampliem seus olhares e suas ações para uma fase da vida que requer uma maior atenção, e que através dela podemos começar a mudar o quadro das desigualdades sociais que assola a realidade brasileira. Já que o gerenciamento das políticas públicas na cidade de Sousa-PB não atendem as demandas locais. Que a educação venha ser a base de qualquer Estado e a ponte a qual há de ligar os que esperam por um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**.

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio, In: **Documento elaborado sob responsabilidade da Divisão de Educação Fundamental da Infância e da Adolescência, Departamento Pedagógico**. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2010. 6ª edição (Coleção Docência em Formação).

_____. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2008. 5ª edição (Coleção Docência em Formação).

_____. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez. 2005. 4ª edição (Coleção Docência em Formação).

OLIVEIRA E ROSSETI FERREIRA, Maria Clotilde, **A creche no seu dia a dia**. In: **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. Cortez, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Pensamento e Linguagem** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. . Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2010. 6ª edição (Coleção Docência em Formação).

WALLON, Henri. **Do acto ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1972 .In: Oliveira, Zilma de Moraes de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2010. 6ª edição (Coleção Docência em Formação).

WEBER, Max. **Políticas como Vocação**. São Paulo: Cultrix, 1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA. **Secretaria Municipal de Educação- 2012**

ANEXOS - PESQUISA EXPLORATÓRIA SE DO MUNICÍPIO DE SOUSA

- 1- Quantos professores tem na rede?
- 2- A equipe técnica é de quantos professores (auxiliares e monitores)?
- 3- Qual a formação da equipe técnica?
- 4- A equipe técnica da Educação Infantil é vinculada a que unidade?
- 5- Quantas escolas tem na rede?
- 6- Quantos alunos atende?
- 7- Qual é o plano de trabalho da equipe técnica da Educação Infantil?

DADOS DA PESQUISA

- 1- Não foi possível informar com precisão quantos professores de Educação Infantil há na rede municipal. Coletamos o número total de professores na rede, incluindo zona urbana e zona rural. No total há 280 professores, incluindo monitores e auxiliares das creches.
- 2- A equipe técnica é formada por 29 pessoas, que se revezam como supervisores escolares e coordenadores pedagógicos. Dez desses supervisores/coordenadores atendem na própria SME, e coordenam as atividades nas escolas de zona urbana e zona rural, como planejamento, dando um apoio maior à zona rural.
- 3- A equipe técnica tem formação superior em Pedagogia, dentre esses apenas 10% ainda não tem pós-graduação.
- 4- Não há uma equipe técnica exclusiva para a Educação Infantil. Os coordenadores/supervisores da Educação Infantil são os mesmos do Ensino Fundamental, pois a Educação Infantil é inclusa no segmento Fundamental. De acordo com os segmentos de cada escola, a Educação Infantil, Fundamental e EJA a escola pode ter até mais de um coordenador, sendo esta equipe vinculada a própria SE.
- 5- Na rede há 34 professores entre zona urbana e rural.
- 6- A rede atende a 4980 alunos.

7- O plano de trabalho da equipe técnica é organizado de acordo com o calendário anual. O planejamento da equipe técnica acontece semanalmente, onde traçam metas, objetivos, elaboram projetos de acordo com o PP.

O encontro com os professores da zona urbana se dá semanalmente e com os da zona rural quinzenalmente, no qual se discutem e adaptam os projetos elaborados pela SME para que depois possam ser definidos as metas de acordo com as necessidades.

Não há um organograma específico para a educação Infantil.

Apêndice

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
MONOGRAFIA

ORIENTADOR: WIAMA DE JESUS FREITAS LOPES

Entrevista a ser realizada com os educadores da rede municipal de Ensino da cidade de Sousa-PB

1 Dados de identificação:

Nome:

Idade:

Formação básica:

Graduação: () Sim () Não - Qual:

Especialização: () Sim () Não - Qual:

Stricto Sensu: () Sim () Não - Qual/Em
que: _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação como docente na escola: _____

Tempo de inserção na educação infantil: _____

2 Questões:

2.1- Na sua concepção quais são os principais problemas e desafios da Educação Infantil no município de Sousa?

2.2 - No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades de reestruturação ou de fortalecimento da Educação Infantil na rede?

2.3 - O contexto vivencial da Educação Infantil na cidade de Sousa reflete as condições de funcionamento asseguradas pelas políticas públicas?

2.4 - As políticas públicas no âmbito da Educação Infantil estão sendo direcionadas de maneira satisfatória a atender as necessidades dos envolvidos? Comente.

2.5 - Houve uma melhoria no ensino da Educação Infantil nos últimos anos na cidade de Sousa? De que maneira você tem observado essas melhorias?

2.3 - O papel do educador é de suma importância para que seja fiscalizada e cobrada a execução das políticas públicas na Educação Infantil. O que você como educador dessa etapa educacional tem feito para que as políticas públicas tenham possibilidades se serem aplicadas na cidade de Sousa?

2.4- Considerando a Educação Infantil como primeira etapa de educação básica que é de dever do Estado e de direito público o órgão responsável pela implementação das políticas públicas tem assegurado esse direito? Comente.

2.5- Comente acerca do processo em que se dá a formação continuada de docentes da Educação Infantil em sua rede de ensino. Você avalia que é satisfatória tal base e estrutura de formação? Por quê?

2.6- No seu ponto de vista qual a importância da Educação Infantil abrindo o processo de escolarização?